

economia

BC manterá juros altos enquanto inflação persistir

Mensagem foi reiterada pelo presidente da instituição, Gabriel Galípolo, durante painel na Expert XP 2026

/ CONJUNTURA

Gabriel Margonar, de São Paulo
gabrielm@jcrs.com.br

O Banco Central não pretende alterar sua estratégia de política monetária com base em oscilações pontuais da economia. A mensagem foi reforçada pelo presidente da instituição, Gabriel Galípolo, durante painel na Expert XP 2026, na sexta-feira. Segundo ele, a autoridade monetária continuará avaliando o comportamento da atividade e da inflação de forma gradual, mantendo a Selic em nível restritivo enquanto considerar necessário para garantir a convergência da inflação à meta.

Ao explicar a condução da política monetária, Galípolo recorreu a uma metáfora marítima. Segundo ele, o Banco Central se comporta “mais como um transatlântico do que como um jet ski”, evitando mudanças bruscas de direção diante de indicadores específicos.

“O Banco Central gosta de examinar uma tendência coletando dados de maneira mais parcimoniosa. Não vamos reagir em função de um dado específico”, afirmou. Para ele, a taxa de juros atual já está em um patamar suficientemente restritivo para produzir os efeitos esperados sobre a economia.

O presidente explicou que o



Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo (e) debateu política monetária brasileira com economista da XP

Copom trabalha com diferentes cenários para definir o caminho dos juros e que o conceito central neste momento é o de “calibração”. Conforme diz, o colegiado analisa diversos “planos de voo” antes de cada decisão, considerando a possibilidade tanto de pausas quanto de retomadas do ciclo de ajuste, conforme a evolução dos dados econômicos.

Galípolo também apontou as condições climáticas como uma fonte adicional de incerteza para a inflação. Segundo ele, ainda não há evidências suficientes para

identificar um padrão consistente sobre como fenômenos como o El Niño influenciam o comportamento dos preços, o que exige cautela por parte do Banco Central na avaliação do cenário econômico.

Ele defende uma postura mais cautelosa da autoridade monetária em um ambiente de elevada incerteza global. Na sua avaliação, “bancos centrais devem atuar com serenidade e parcimônia, evitando decisões baseadas em certezas excessivas”.

No campo das commodities, o presidente do Banco Central do

Brasil afirmou que o cenário segue sendo monitorado de perto. Sobre o petróleo, disse que o Brasil tem conseguido se posicionar de forma relativamente melhor diante das oscilações recentes.

Durante o painel, Galípolo dedicou parte da apresentação à evolução do mercado de crédito. Ele chamou atenção para o elevado endividamento das famílias no cartão de crédito e no crédito rotativo, modalidade que classificou como pouco sensível às mudanças da Selic devido aos juros extremamente elevados.

Segundo o presidente do BC, esse fenômeno foi impulsionado pela ampliação da inclusão financeira após a popularização do Pix, que levou milhões de brasileiros ao sistema bancário e ampliou o acesso ao cartão de crédito. Para ele, trata-se de um problema estrutural do mercado brasileiro, mais do que de política monetária.

“Quando você olha para os níveis de juros pagos, estamos falando de 15% ao mês, não ao ano. Essa dívida é bastante pouco sensível à política monetária”, disse.

Apesar das dificuldades enfrentadas por parte das famílias e das pequenas empresas para acessar crédito, Galípolo descartou que o cenário represente um risco sistêmico para o sistema financeiro brasileiro. Segundo ele, o Banco Central trata separadamente a estabilidade monetária e a estabilidade financeira, acompanhando o tema por meio de um Comitê específico.

Na abertura do painel, Galípolo também aproveitou para rebater críticas de que o Banco Central basearia suas decisões apenas nas expectativas do mercado financeiro. Ele apresentou dados das pesquisas Firmus e Focus para demonstrar que as expectativas de inflação coletadas junto ao setor produtivo costumam ser iguais ou até superiores às registradas entre economistas do mercado.

Durigan vê controle das despesas obrigatórias como caminho para reduzir juros

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou na sexta-feira, durante participação na Expert XP, em São Paulo, que o controle das despesas obrigatórias será determinante para reduzir os juros e garantir a sustentabilidade das contas públicas nos próximos anos. Em um painel voltado ao mercado financeiro, o representante da União defendeu a continuidade do ajuste fiscal, garantiu que o governo manterá a disciplina orçamentária mesmo em ano eleitoral e indicou que o próximo mandato precisará enfrentar reformas estruturais para conter o crescimento dos gastos.

Durigan reconheceu que o ajuste das contas públicas ainda não está concluído e classificou a redução dos juros e do endividamento como a “milha final” da política econômica. Segundo ele, o governo apresentará, em agosto, um orçamento para 2027 preven-

do superávit primário de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), com possibilidade de resultado ainda melhor caso o cenário econômico evolua de forma favorável.

“Nós vamos seguir melhorando o fiscal custe o que custar. As contas do país foram ajustadas até agora e vão melhorar”, destacou.

Ao projetar os desafios para o próximo governo (independentemente de uma reeleição), o ministro afirmou que será necessário conter o avanço das despesas obrigatórias, que hoje comprimem o espaço para investimentos públicos e pressionam a dívida. Segundo Durigan, esse debate precisará envolver temas sensíveis, como a Previdência, os regimes do funcionalismo público e os chamados supersalários.

“Temos que discutir a Previdência do setor público, das Forças Armadas. É inadmissível que as pessoas peguem um jor-

nal e vejam um membro do Judiciário recebendo R\$ 400 mil por mês”, exemplificou.

Para o ministro, o fortalecimento das contas públicas depende de um acordo entre Executivo, Congresso, Judiciário e demais instituições, de forma que o controle dos gastos seja tratado como uma política de Estado e não apenas de governo.

Durigan também procurou afastar as preocupações do mercado em relação à condução da política fiscal durante a campanha presidencial. Segundo ele, o governo não repetirá “práticas adotadas em eleições anteriores”, como a criação de despesas sem previsão orçamentária. “O ano precisa ser diferente de 2022. Nós não estamos, em ano de eleição, aumentando programa social sem previsão orçamentária. Estamos construindo robustez para quem quer que venha no futuro”, garantiu.

O ministro acrescentou que a trajetória projetada pelo Tesouro Nacional prevê estabilização da relação entre dívida e PIB entre 2029 e 2030, mas reconheceu que esse objetivo exigirá disciplina fiscal permanente e ajustes nas regras atuais.

Além do cenário fiscal, Durigan defendeu a reforma tributária e afirmou que mecanismos como o split payment deverão reduzir a sonegação ao direcionar automaticamente os tributos para o governo no momento da operação comercial.



Ministro da Fazenda vê necessidade de ajuste nas despesas obrigatórias